

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE GESTÃO E ECONOMIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

TARDELLY SANTOS CASSEMIRO

**O IMPACTO SOCIAL DA PARCERIA DOS GOVERNOS MUNICIPAIS COM AS
UNIVERSIDADES INTERIORIZADAS: CAMPUS TOLEDO/UFPR**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA

2020

TARDELLY SANTOS CASSEMIRO

**O IMPACTO SOCIAL DA PARCERIA DOS GOVERNOS MUNICIPAIS COM AS
UNIVERSIDADES INTERIORIZADAS: CAMPUS TOLEDO/UFPR**

Monografia de Especialização apresentada ao Departamento Acadêmico de Gestão e Economia, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do título de “Especialista em Gestão Pública Municipal” -. Orientador: Prof. Dr. Leonardo Tonon.

CURITIBA

2020

TERMO DE APROVAÇÃO



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Gestão Pública Municipal



O IMPACTO SOCIAL DA PARCERIA DOS GOVERNOS MUNICIPAIS COM AS UNIVERSIDADES INTERIORIZADAS: CAMPUS TOLEDO/UFPR

por

TARDELLY SANTOS CASSEMIRO

Esta monografia foi apresentada às 15:00 do 7 de outubro de 2020 como requisito parcial para a obtenção do título de **Especialista no Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal** – Polo de Itapevi - SP, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Curitiba. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho **APROVADO**

Giovanna Pezarico

leonardo tonon

CAMILA LOPES FERREIRA

a autenticidade deste documento pode ser verificada através da URL:
<http://certificados.utfpr.edu.br/validar/45236834>

Dedico este trabalho a minha mãe Lúcia.
Fonte de inspiração e de exemplo a seguir.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela saúde, força, perseverança, permitindo que cada etapa do curso fosse vencida, através de muita dedicação, estudo, foco e plenitude mental.

Na sequência a minha família e amigos que me apoiaram na decisão de cursar uma pós-graduação, que sem dúvidas acrescentou muito em minha profissão.

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná e o Polo Itapevi/SP, pela estrutura oferecida.

Aos docentes, tutores e técnicos administrativos, que sempre buscaram na medida do possível colaborar de forma efetiva para um processo de formação eficaz.

Em especial agradeço ao Professor Dr. Leonardo Tonon, pela ajuda e orientação na construção deste trabalho. E também a Prof^ª Dra. Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza, coordenadora do curso, que sempre esteve disposta a ajudar e incentivar todos nessa trajetória.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as parcerias realizadas entre Campus Toledo da Universidade Federal do Paraná e o município de Toledo. Além disso, é possível compreender qual o papel desempenhado pelas universidades, sendo estas dinamizadoras de diversos processos que levam o desenvolvimento, tanto local como regional. Entretanto, o interesse para este estudo se deu, pois, o Município de Toledo localizado ao Oeste do Paraná, possui características que são favoráveis tanto para o crescimento no número de acadêmicos quanto para o número de instituições de ensino superior às quais já estão instaladas no município. Para tanto, a análise se deu com base em projetos que são desenvolvidos pela universidade em parceria com o município, esses projetos visam principalmente o atendimento a população. As parcerias funcionaram como uma maneira de dar retorno à sociedade, pois, elas estão relacionadas em diversas áreas, para esta pesquisa, procurou-se analisar principalmente as que estão voltadas para a saúde. Os impactos se relacionam a melhorias na fila de espera e rapidez no atendimento, fazendo com que possam ser atendidos mais indivíduos, mas com qualidade e supervisão de profissionais. Os projetos procuraram melhorar desde a comunicação local com indivíduos surdos, até mesmo a diminuição da espera para atendimento na rede de saúde - SUS. Com isso, as metodologias que foram utilizadas são contribuições de sites e demais mídias locais, que dão respaldo aos serviços prestados. Outro método é o descritivo, com ele foi possível de maneira detalhada acompanhar o que estava sendo realizado, com cautela. Por fim, o estudo de caso e a pesquisa documental, fez com que algumas conclusões sobre as parcerias, pudessem ser realizadas. No decorrer das leituras, notou-se que existem outros estudos que relatam também a importância das parcerias, observando os gastos, comércio e moradia, alimentação, lazer e até mesmo os cursos disponibilizados pelas universidades. Analisando o conjunto do que fora pesquisado, nota-se que as universidades são pólos que trazem o desenvolvimento, ou seja, com a sua capacidade de gerar o crescimento local, quando instaladas, elas auxiliam em todas as áreas atingindo até mesmo a região, pois, quando elas são implementadas em um território, pressupõe que passe a existir um conjunto de medidas e ações, as quais promoverão políticas públicas, atingindo diferentes setores do município. Neste sentido, pode-se afirmar que as universidades juntamente com o município, promovem políticas públicas. Dessa forma, os aspectos importantes para solução das problemáticas sociais, também podem ser vistos, eles são relevantes para as localidades, que possuem as universidades em seu meio, além da mão de obra qualificada, que será gerada, há também o desenvolvimento tecnológico, este por meio das pesquisas e dos projetos que promovem ações de melhorias, fazendo com que os serviços mais necessários sejam mantidos dentro da cidade, sem que a população precise buscar fora, tanto com aparatos municipais, quanto com as universidades.

Palavras-chave: Políticas públicas; Município; Universidades; Parceria; Desenvolvimento local.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	07
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1	Interiorização das Universidades Federais	14
2.2	Apontamentos sobre Políticas Públicas.....	16
2.3	REUNI.....	20
2.4	Parcerias: Universidade e Município.....	22
3	METODOLOGIA.....	25
3.1	Caracterização da Pesquisa.....	25
4	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	29
4.1	Breve História do Campus Toledo	29
4.2	Ações Escolhidas	34
4.2.1	Projeto: "Libras e Saúde"	36
4.2.2	Projeto: PROSEI - Promoção da Saúde na Educação Infantil	37
4.2.3	Projeto: Ambulatório de Especialidades da UFPR - Município de Toledo.....	38
4.3	A Finalidade da Interiorização	40
5.	Considerações Finais	42
	REFERÊNCIAS	45

1. INTRODUÇÃO

O processo de interiorização das universidades tem seus primeiros movimentos na década de 50, ainda de forma tímida. Apesar de outros momentos históricos, o presente estudo terá como foco o recorte do advento da expansão da educação superior, que ocorreu por meio do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, instituído por meio do Decreto Nº 6.096 de 24 de abril de 2007, várias universidades começaram seu processo de interiorização. A partir desta data, foram realizados novos desenhos organizacionais, com intuito de aumentar o número de vagas nos cursos superiores e principalmente atender a demanda reprimida em locais afastados dos grandes centros urbanos.

Assim, a importância dos novos campi nas cidades do interior proporcionou novos anseios, oportunidade de estudo e ascensão social, permitindo que a população local pudesse estudar em uma instituição de ensino gratuita e de qualidade. Vale ressaltar, que os benefícios também foram estendidos a sociedade, com programas de extensão e parcerias com o governo local no oferecimento de serviços públicos diversos.

Para tanto, nota-se que o processo de interiorização, passou a apresentar as universidades como agentes de desenvolvimento local. Na região Oeste do Estado do Paraná, por exemplo, universidades como UNIOESTE, UTFPR, UFPR e IES privadas foram implantadas, trazendo assim, novas oportunidades e melhorias. O ensino superior passou a ser uma estratégia fundamental, para que acontecesse o processo de modernização e de desenvolvimento do país como um todo.

De acordo com o Relatório do Primeiro Ano do Programa Reuni (BRASIL, 2009), das 54 universidades federais, 53 aderiram ao Reuni, somente a Universidade Federal do ABC-UFABC não aderiu, pois já adotavam as ideias preconizadas pelo REUNI desde sua criação no ano de 2005. O fato da maioria das universidades aceitar o desafio de expansão e reestruturação demonstra o grande interesse em executar a política pública de democratização de acesso ao ensino público superior.

Neste contexto, cabe o destaque ainda aos processos, até mesmo anteriores ao REUNI, que já buscavam expandir suas atuações. Um desses casos foi a o da Universidade Federal do Paraná – UFPR, que começou sua interiorização em 1992 com o Campus Pontal do Paraná - Centro de Estudos do Mar, em 1993 criou o Setor Palotina no oeste do Paraná, em seguida em 2004 o Setor Litoral na cidade de Matinhos, em 2014 o Campus Jandaia do Sul iniciou suas

atividades e por fim o mais recente Campus Toledo criado em 2014, teve início suas atividades no ano de 2016.

O Campus Toledo é fruto de estudo e dedicação de inúmeros profissionais, assim como os demais que foram criados. Neste caso, por exemplo, buscou-se desenvolver um projeto que tivesse impacto diferenciado na vida dos discentes e da população toledana. De acordo com Stamm e Staduto (2008), relatam que a cidade de Toledo se apresenta em progresso e com desenvolvimento regional, em função do mercado de trabalho e as indústrias.

Atualmente o único curso ofertado na unidade é o de Medicina, que traz uma proposta de formação diferenciada, utilizando metodologias ativas de ensino, pautada no método Team Based Learning (TBL). Essas metodologias acontecem em quatro etapas e visam à aprendizagem de maneira colaborativa, partindo de equipes com preparos que geram garantias nas atividades que são aplicadas, e por fim as avaliações são realizadas por pares (OLIVEIRA *et al*, 2018, p.88).

A escolha do município de Toledo foi estratégica, pois, a cidade tem uma rede estruturada de assistência médica, a qual por meio de postos de saúde, hospitais municipais e o Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná (CISCOPAR) permite que os alunos possam desenvolver a prática profissional de forma efetiva e com a supervisão dos docentes. Sendo assim contribuirão para o atendimento da população e das demandas corriqueiras que geralmente inflam as filas de espera no Sistema Único de Saúde (SUS).

Sendo assim, a chegada da Universidade Federal do Paraná na cidade trouxe significativos resultados e parcerias efetivas com o governo local e com as organizações privadas no ramo da saúde. Proporcionando aprendizado para os discentes e principalmente a entrega de serviços de saúde de qualidade e com celeridade para a população local, além disso, trouxe à cidade novas demandas para o seu desenvolvimento.

O presente trabalho, de certo modo, alinha-se à ideia de Boaventura Santos (1995), que preconizava que a universidade do século XXI, tem um papel primordial à sociedade, ou seja, a universidade afeta a sociedade, que também afeta a universidade, por meio de seus conflitos e transformações. Portanto, o deslocamento das instituições de ensino para o interior dos estados modificou realidades, sejam elas sociais, econômicas, intelectuais, entre outras.

De acordo com o relatório sobre a Portaria nº126/2012, a qual analisa a expansão das universidades federais entre os anos de 2003 a 2012, o fenômeno da interiorização, apresenta diversas contribuições que são expressivas e que contribuem para o desenvolvimento das regiões onde elas estão inseridas. Neste sentido, a expansão torna-se parte ativa das políticas públicas, e com isso, busca-se ampliar a educação com qualidade e diminuir as desigualdades.

O mesmo relatório concluiu que a educação deve ser vista como um patrimônio público, que visa atender as necessidades sociais com qualidade. Além disso, “(...) conclui que a expansão das universidades federais, ocorrida nos últimos 10 anos, foi, sem dúvida alguma, uma das mais importantes políticas públicas do governo federal para o país” (MEC, 2012, p.38).

A expansão das universidades públicas trouxe mudanças, além da acessibilidade, o perfil profissional e o preparo ao mercado de trabalho, foram ações que mudaram e tiveram grande relevância para a região ou local em si. Segundo Gentil (2017, p.100) a educação superior nos processos de transformação social possuem estratégias, que impulsionam a tecnologia e até mesmo o desenvolvimento social e econômico.

De acordo com matéria publicada na “UFPR na Mídia” (20/05/2008) a UFPR litoral nasceu de uma expansão destas, visando sanar a carência e a falta de acesso ao ensino público superior. Segundo Valdo Cavalett, “A implementação da UFPR Litoral não foi para expandir vagas de ensino superior, mas um desafio para efetivamente contribuir com o desenvolvimento sustentável do Estado do Paraná, em uma região carente de educação”.

Segundo a análise realizada por Vinhais (2013) sobre o impacto da criação dos novos campi universitários, observou a relação sobre a renda per capita dos municípios, entre os anos de 2000 a 2010. O levantamento mostrou que teve um efeito considerado positivo de 3,3% sobre a média do logaritmo da renda per capita dos municípios em que os novos campi foram criados.

Dessa maneira, também poderão ser vistas ações positivas, além de melhorias e desdobramentos que por vezes não eram realizados, em função de não haver instituições como recurso. As universidades contribuem de maneira direta com o município, como mostra Schneider (2002), avaliando a universidade como geradora de emprego e renda, além disso, os acadêmicos muitas vezes são oriundos de outras localidades e acabam residindo na cidade até a conclusão do curso, gerando assim novas possibilidades para o local.

Segundo o Portal da Prefeitura de Toledo (TOLEDO, 2020), a afirmativa que segue, é que por meio da Secretaria de Saúde em conjunto com o curso de Medicina da UFPR, promoverá a sociedade local, qualidade de vida e saúde, e ainda, ampliarão o número de consultas no município. Acredita-se então, que parceria ajudará também na agilidade dos serviços e na assistência a população de maneira geral.

A parceria traz novas perspectivas ao município e à universidade como um todo, pois, por meio da assistência ambulatorial, são desenvolvidas mais especialidades médicas e oportunidades. Nota-se que as trocas, portanto, são mútuas, pois, os alunos aprendem na

prática e a população não aguarda por longo período em filas de atendimento, o que implica em mais agilidade e mais ações a área da saúde.

Nesse sentido podem ser observadas as relações com as políticas públicas, visando o desenvolvimento do município, o bem estar populacional e o crescimento local e regional. De acordo com Caldas (2008, p.5), as Políticas Públicas formam um conjunto de ações e decisões as quais partem do governo e que estão voltadas para a solução de problemas da sociedade.

Expandir o ensino superior é também, uma maneira de expandir e implementar políticas públicas, as quais promovem e garantem o acesso a programas e projetos (GENTIL, 2017, p.29). Segundo Heidemann (2009), deve-se observar o desenvolvimento de uma sociedade, por meio de seus resultados, decisões formuladas e implementadas pelos governos vigentes, as quais resultam em políticas públicas.

Dessa maneira, o foco do estudo é o Campus Toledo da Universidade Federal do Paraná, que ainda se encontra em processo de construção e de sua identidade local. Os tópicos que serão tratados ao longo do trabalho fazem parte de um levantamento que visa apresentar e demonstrar características, história, execução e sociedade, partindo da relação e interação dos mesmos.

O tema proposto é referente à análise do Campus Toledo da Universidade Federal do Paraná - UFPR, sua implantação e atividades partem do ensino, pesquisa e extensão, visando o que é social, por meio de ações e parceira com o governo municipal. Onde o problema de pesquisa está na seguinte indagação: Qual o impacto das ações executadas pelo Campus Toledo em parceira com governo municipal para a sociedade toledana?

Com o desenvolvimento da sociedade a educação torna-se um elemento fundamental para o progresso nacional, regional e local. A interiorização das universidades públicas é um ganho para todos, pois a instalação de unidades descentralizadas passa a atender as demandas do local em questão, visando à mão de obra qualificada que nos é primordial.

De acordo com Moraes (2000, p.10) o “entorno universitário” apresenta vantagens e traz investimentos para a cidade, pois, é preciso se manter qualificado para atender as demandas de mercado, mantendo boa infraestrutura, como por exemplo, escolas, hospitais, lazer, esporte, comunicação, entre outras questões. Sendo assim, compreende-se que é preciso possuir condições complementares para que haja a produção do conhecimento.

Além da entrega de mão de obra para as regiões onde está instalada, a universidade tem um desafio de se integrar a sociedade, zerar barreiras entre a população externa e seu território. Isso ocorre por meio da aplicação de projetos de extensão, esta é a mais recente via

para as parcerias com governos locais para auxiliar nas implantações e execução de serviços públicos que estão pautados em políticas públicas.

O Campus de Toledo foi esperado pelo governo municipal e também pela população da cidade como sendo algo inovador, pois implementaria o curso de Medicina. Esta implantação traria algumas mudanças principalmente na área da saúde, onde mais a população busca melhorias.

Assim, a implementação de um novo curso, o qual é almejado, iria auxiliar em projetos de saúde pública da região e formar profissionais para incrementar o escasso número de médicos na cidade. Sua instalação se concretizou no ano de 2014 com a criação do Campus, posteriormente no ano de 2016 o início da primeira turma do curso de Medicina.

Os projetos de maneira geral, que são desenvolvidos pelas universidades, auxiliam em investimentos mais transparentes dentro das cidades, além de mostrar sua importância e valorização com a educação de ensino superior. Portanto, a implementação da universidade é uma ação de políticas públicas, partindo diretamente a sua participação e contribuição para superar algumas dificuldades locais.

De acordo com o Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras que tratou da Política Nacional de Extensão Universitária (PROEX, 2012, p.34):

As atividades de Extensão Universitária constituem aportes decisivos à formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam. Esses resultados permitem o enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que abrem espaços para reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários da Universidade Pública brasileira.

Nota-se que as atividades de extensão fazem parte de um conjunto de situações, as quais auxiliam no desenvolvimento social e intelectual dos indivíduos os quais fazem parte dela ou que por algum motivo recebem suas contribuições. Segundo Yusuf e Nabeshima (2007) apresentam que a criação das universidades desenvolve ações regionais que trazem benefícios locais.

Para Goddard e Kempton (2011) a afirmativa segue no campo da economia, onde a universidade gera impactos diretos, fazendo com que sejam gerados mais empregos, investimentos, melhorias em diversas áreas e ainda, que atenda as demandas mais precárias.

As afirmativas mostram os benefícios da criação, onde os impactos sociais se apresentam sanando dificuldades.

Partindo destas relações, observa-se a UFPR - Campus Toledo, executou inúmeros projetos em parceria com órgãos e entidades da saúde pública da cidade de Toledo. Com o intuito de devolver a sociedade por meio de serviços prestados, o investimento feito na formação dos médicos o qual acontece via os impostos pagos por toda a população reforçam o papel da universidade para além do ensino, pesquisa e projetos de extensão isolados nos campi.

Nesse sentido, acredita-se que a relevância desta pesquisa, faz parte de curiosidades, pois, até o momento os estudos sobre o impacto social causado pela criação do Campus de Toledo juntamente com a saúde pública do município, ainda não se apresentaram. Assim, busca-se mostrar por meio da via científica essa realidade que está sendo construída e que pode representar grande valia.

De modo geral, o objetivo desta monografia consiste em: Apresentar dados que esclareçam a importância da interiorização da universidade, observando principalmente parceria com o governo municipal, em prol de ofertar serviços públicos aos cidadãos. Os objetivos específicos, por sua vez, são os seguintes:

- Investigar os impactos sociais das ações estabelecidas em conjunto entre a UFPR e o município de Toledo;
- Explorar as principais ações de relevância do Campus Toledo em parceria com governo municipal e seu impacto social;
- Analisar e promover uma reflexão crítica da parceria do Campus Toledo com o município de Toledo.

As modalidades de pesquisa adotadas serão a bibliográfica e documental, para que possa ser compreendido junto a isto, o estudo de caso o qual será debatido ao longo do texto. A pesquisa bibliográfica acontece de maneira geral em todas as pesquisas. Neste caso, se tem por objetivo entender o processo de interiorização das universidades, os fundamentos da descentralização, as parcerias governamentais e análise de casos semelhantes ao objeto de estudo desta pesquisa.

O estudo de caso, por sua vez, segundo Fontelles (2009) é parte da pesquisa a qual “(...) consiste em avaliar tecnicamente e profundamente um ou poucos objetos de pesquisa, avaliando individualmente cada caso de estudo”. Sendo assim, para o estudo de caso, aplica-se tal metodologia quando o pesquisador tiver como propósito o interesse em pesquisar uma situação singular ou particular, partindo de uma investigação simples ou aplicada.

De acordo com Lüdke e André (1986, p.17) afirmam que para esta metodologia ser aplicada, “o caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenvolver do estudo”. Especificamente, neste trabalho, serão observados casos que demonstrem as relações da universidade com o município, o qual parte de ações de ambos em prol da sociedade.

No que tange a pesquisa documental, será direcionada para análise de dados disponibilizados no site do Campus Toledo, da Prefeitura Municipal de Toledo e também nos meios de comunicação que noticiaram os impactos dessas ações no cotidiano da cidade. A pesquisa documental se utiliza da fonte de dados que é construída por meio de documentos, esses materiais, por vezes, ainda não receberam o tratamento analítico, mas mesmo assim, podem ser utilizados.

Sites como da Prefeitura Municipal de Toledo e da Universidade Federal do Paraná – UFPR disponibilizam quase que diariamente as práticas e ações que são desenvolvidas em seu território. Estes foram essenciais para que algumas informações se confirmassem e até mesmo, que pudessem comprovar a eficácia dos projetos, a atuação e a parceria que estão sendo desenvolvidas. Além disso, as mídias sociais partem de pressupostos de atendimento e demanda, visando à comodidade da população entre outros aspectos.

De acordo com Bravo (1991), os documentos consistem em todas as realizações que são construídas pelo homem, ou seja, que se mostram como indícios de ação, podendo ou não revelar ideias e opiniões. Sendo assim, é possível apontar diversos tipos de documentos existentes, como por exemplo: escritos, numéricos ou estatísticos. Além disso, a reprodução de som e imagem e os documentos que são objetos.

Flores (apud CALADO; FERREIRA, 2004, p.3) afirma que podem ser considerados como documentos, as fontes de dados que ainda se apresentam da forma bruta, mas podem ser utilizados pelo investigador em sua análise, a qual, por vezes, implica em um conjunto de transformações, operações e verificações. O autor segue afirmando, que a finalidade está em atribuir um significado que seja relevante e que esteja relacionado ao problema da investigação.

Em termos de estrutura deste trabalho, serão analisados os seguintes tópicos: no primeiro momento, como se deu a descentralização dos campi universitários, junto a isto, qual a função social da universidade. Posteriormente será apresentada a história do Campus Toledo, relacionando com as principais ações que foram executadas em prol da sociedade, observando a parceria com governo municipal, e também, apresentando a análise do impacto

das ações em parceria com o município e a importância de tais ações para a transformação do conceito de universidade.

Por fim, com o intuito de analisar a interiorização das universidades públicas federais, em especial, o Campus Toledo da Universidade Federal do Paraná, é necessário discorrer sobre a interiorização das universidades, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, história do Campus Toledo, as parcerias universidades e municípios, as principais ações do Campus com o município de Toledo, além das considerações finais que norteiam o impacto dessas parcerias para a população toledana.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O referencial teórico da presente pesquisa foi estruturado em cinco tópicos com três subtópicos, para ser possível desenvolver e atender a demanda das discussões propostas. No primeiro momento será analisado o processo de interiorização das universidades federais, este também, torna-se um dos pontos principais para compreender as escolhas que são feitas para a implantação de novos campi.

Posteriormente, observar o REUNI, pois, como este é um Plano de Reestruturação das Universidades Públicas Federais, é uma política pública importante para o desenvolvimento local e regional, que também será vista ao longo do texto. Junto a isto, procura-se encaixar com a história do Campus Toledo, fazendo até aqui, um apanhado de relações e ações históricas e de criação.

Além disso, serão discutidas as parcerias que foram criadas entre a universidade e o município, este também é um ponto da discussão que precisa ser destacada, é por meio dele que podem ser observadas as aplicações de melhorias das políticas públicas. Por fim, a discussão se dá na observação das principais ações que são promovidas, como por exemplo, libras e saúde, PROSEI, e o ambulatório de especialidades.

2.1 Interiorização Das Universidades Federais

As primeiras escolas no formato de ensino superior surgiram no Brasil com a chegada da família real portuguesa no ano de 1808. De acordo com Cunha (1980), o ano de 1808, apresenta um marco histórico, pois, a partir deste é que foram criados cursos e academias que tinham como destino formar profissionais que estivessem preparados para lidar com o Estado.

Estes sendo especialistas na produção de bens simbólicos, e também, como profissionais de nível médio, “o novo ensino superior nasceu sob o signo do Estado Nacional” (CUNHA, 1980, p.62).

A partir da Constituição da República de 1891 a criação de universidades privadas foi autorizada, aumentando de forma relevante o número de escolas superiores no país. O ensino superior foi mantido por alguns anos, como sendo atribuição do Poder Central. De acordo com Fávaro (2006, p.21) do ano de “[...] 1889 até a Revolução de 1930, o ensino superior no país sofreu várias alterações em decorrência da promulgação de diferentes dispositivos legais”.

A partir do ano de 1920 começa um grande debate a respeito da função da universidade, que começa a repensar a sua utilidade social e construir o tripé que atualmente conhecemos como ensino, pesquisa e extensão. Até a década de 1920 algumas ideias sobre a universidade ainda eram obscuras e não foram concretizadas, nem na esfera estadual ou federal. Apenas em 1931 é que foram elaboradas novas reformas para o ensino e que fosse mais centralizadora. Posterior às novas medidas, a preocupação se deu para “[...] desenvolver um ensino mais adequado à modernização do país, com ênfase na formação de elite e na capacitação para o trabalho” (FÁVARO, 2006, p.23).

As universidades públicas federais começaram a surgir principalmente nas capitais dos estados, depois foram sendo alocadas em cidades maiores, deixando para um segundo plano o pensamento de expansão para o interior. Na década de 1990 o intuito neoliberal estava em plena implantação e o investimento nas universidades públicas foram reduzidos. De acordo com Pires e Reis (1999, p.37) “A meta, dentro do ideário neoliberal, é a transformação, autorizada, das universidades em empresas econômicas”.

Com início do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e com o governo Dilma Rousseff (2011-2016) as universidades federais passam a ter uma significativa expansão para o interior do Brasil. A visão relacionada às universidades públicas começam a mudar, Lula o então presidente acreditava que a educação era o caminho para se ter ascensão pessoal e também do país. Dessa maneira, foram feitos investimentos massivamente em educação pública superior.

Anteriormente, havia sido criado um modelo para a implementação das universidades federais, as quais visavam capitais de estados e municípios que fossem considerados polos regionais. Este modelo foi alterado e passou investir em desenvolvimento regional, os locais passaram a ser cidades pequenas e médias, fazendo com que as vagas disponíveis fossem estratégicas e passassem a atender demandas locais.

Chama-se a atenção, que as universidades estavam em sua maioria concentradas em centros urbanos, criando uma disparidade entre regiões. Por exemplo, a região sudeste sempre foi provida de acesso ao ensino superior, na contramão as regiões centro-oeste e norte estavam carentes, de ensino superior público.

No ano de 2007, com o decreto de nº 6096, o qual instituía o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais- REUNI, o processo de interiorização se intensificou, com uma jornada gradual de expansão de vagas e criação de novos campi nas regiões mais afastadas das capitais e das grandes cidades. Vale ressaltar, que a interiorização, fez com que as ações de políticas públicas fossem intensificadas, as quais partem da relação com o crescimento local e regional.

2.2 Apontamentos Sobre Políticas Públicas

A gestão pública e a aplicação das políticas públicas, propõem mudanças consideráveis e algumas implementações na sociedade como um todo e em diversos locais alteram o cenário antes, prejudicado pelo baixo número de ações, e posteriormente, com a prestação de serviços. As iniciativas de governos locais e a reconstrução do Estado fazem com que o sistema interno da sociedade se desenvolva.

Nas últimas décadas foram apresentadas diversas iniciativas dos governos locais, mas, nem sempre foram assim, no ano de 1980 como apresenta Farah (2001, p.122) elas eram marcadas pela centralização decisória e financeira, partindo da esfera federal. Dessa forma, estado e município executavam as políticas que eram formuladas centralmente, quando havia a articulação entre os governos, a base era a troca de favores, chamada também como clientelista.

Dentre as dificuldades políticas de cada época, neste período, Farah (2001, p.123) aponta que as políticas públicas que eram promovidas pelo Estado acabavam incorporando, interesses da sociedade civil e também do mercado, assim, tal incorporação era excludente e seletiva. Dessa forma, as ações beneficiavam segmentos que antes eram restritos aos trabalhadores, partindo somente dos segmentos de capitais nacional e internacional.

Além disso, este mesmo recorte temporal apresenta um padrão em tomada de decisões com base na hierarquia, fazendo com que algumas ações sejam restringidas e a participação dos indivíduos da sociedade não aconteça. A sociedade não participava das decisões deste contexto, muito menos nas ações de políticas públicas.

Os anos de 1990 foram marcados por ajustes no governo devido à crise fiscal. Pois, foi um período com poucos recursos, não havendo distribuição de novas medidas a serem tomadas. Algumas pesquisas apresentam que foi neste período que o neoliberalismo¹ chegou ao Brasil.

A implementação de políticas públicas visando à educação e o ensino superior, na década de 1990, foi marcada por reformas no espaço público. Estas por sua vez, estavam ligadas a práticas neoliberais, privilegiando o espaço privado, para assim, se ter a expansão do ensino superior (GENTIL, 2017, p.111).

De acordo com Lima:

Essa ampliação foi realizada através de dois movimentos: a) a expansão das instituições privadas, através da liberalização dos “serviços educacionais”; b) a privatização interna das universidades públicas, através das fundações de direito privado, das cobranças de taxas e mensalidades pelos cursos pagos e do estabelecimento de parcerias entre as universidades públicas e as empresas, redirecionando as atividades de ensino, pesquisa e extensão (LIMA, 2011, p.87).

Entretanto, foi a partir desta mesma década, de 1990 que o pressuposto político passou a ser a implantação de novos *campi* das universidades existentes. Com isso, as medidas de expansão também passaram a ser vistas como um processo de expansão das políticas públicas. Para Sguissardi (2006) na área das universidades eles se revelam mais a heteronomia e competitividade.

De acordo com Franco (1999, p.62) o papel que o setor público deveria desempenhar nos anos de 1990, deveria estar relacionado ao setor público, no entanto, o mesmo não teria a capacidade para originar tais investimentos, como nos anos anteriores. Assim, a responsabilidade pelo crescimento nos anos seguintes, deveria recair predominantemente sobre o setor privado.

Sem gasto público, o nível de atividade e de emprego passam a depender do estado de ânimo e das opiniões dos empresários sobre o governo. Assim, se o governo não atender suas reivindicações e ouvir suas opiniões, os investimentos se reduzem, o desemprego aumenta e há fugas de capitais (se houver mobilidade de capital). Sem gasto público, a opinião do capital resgata sua importância e efetividade (Sayad, 1999, p.130-131).

¹ De acordo com Luiz Figueiras (2006, p.186-187), sobre a estrutura dinâmica do modelo econômico neoliberal: O que se identifica como sendo o modelo econômico neoliberal no Brasil –com sua respectiva dinâmica macroeconômica extremamente instável–, se estruturou através de profundas mudanças –capitaneada por sucessivos governos – em, pelo menos, quatro dimensões estruturais, quais sejam: 1) a relação capital/trabalho; 2) a relação entre as distintas frações do capital; 3) a inserção internacional (econômico-financeira) do país e 4) a estrutura e o funcionamento do Estado.

Dessa forma, o Estado estaria subordinado aos interesses corporativos e aos que estiverem relacionados ao sistema financeiro. Não havia um monopólio estatal e o objetivo era recuperar o valor pago com as privatizações. No entanto, aqui surgia a problemática seguinte, as políticas seriam próprias e poderiam confrontar com o setor público.

Seguindo a discussão, os anos 2000 fez surgir mudanças na área das políticas públicas, algumas ações se alteraram, pesquisas foram realizadas sobre a temática, o que fez com que a visibilidade sobre a temática aumentasse. A descentralização do poder e a autonomia surgem como um dos pontos principais para que as políticas públicas fossem acompanhadas.

De acordo com Celina Souza (2007, p, 70) o interesse pelas políticas públicas estaria relacionado principalmente às mudanças que estariam acontecendo na sociedade brasileira, como por exemplo, inovações e experimentações em programas do governo e junto a isto, a competição eleitoral, autonomia dos governos locais e programas de reforma do Estado.

Com a alteração do cenário, Souza (2007, p.70) afirma que,

(...) assim como as oportunidades abertas à participação nas mais diversas políticas setoriais seja pelo acesso de segmentos tradicionalmente excluídos a cargos eletivos, seja por inúmeras novas modalidades de representação de interesses despertaram não apenas uma enorme curiosidade sobre os “micro” mecanismos de funcionamento do Estado brasileiro, como também revelaram o grande desconhecimento sobre sua operação e impacto efetivo. Paradoxalmente, essas novas questões da agenda política brasileira constituem também um problema para o desenvolvimento da agenda de pesquisa em políticas públicas.

Segundo Brasil e Capella (2016, p.82) as transformações dos anos 2000 aconteceram em grande escala e a principal atuação, estava nas políticas sociais, na área da saúde e educação, buscando a descentralização, assim, com esses acontecimentos, “O fenômeno político que se enxergava na prática virou alvo de pesquisa, de estudos sobre o desenho, sobre implementação e sobre monitoramento e avaliação dessas mudanças”.

Diante deste breve panorama, nota-se que as políticas públicas ganham destaque a cada passar de décadas, sendo que nos anos 2000 elas ganham destaque por estarem associadas às políticas sociais e também, em conjunto com a participação da sociedade em busca de melhorias. As mudanças aconteceram também nos projetos e iniciativas governamentais, passaram a ser resolvidas em cada setor específico, a sociedade passou a assumir uma dimensão maior e mais abrangente.

Os projetos do governo, para auxiliar a população, apresentam uma política setorial, onde algumas questões são complementadas por outros setores, mas o projeto tem seus

objetivos e segmentos de ação. Sendo assim, a articulação torna-se importante, mas faz com que não se percam os pontos principais. Os programas que são promovidos pelos governos municipais, constituem, em sua maioria, estabelecer parcerias com os demais níveis de governo, sejam eles federais ou estatais. Os vínculos que são criados são vistos como uma maneira de prestar serviços públicos e promover políticas de cunho social, mas que partam da esfera local, esta como sendo a principal executora das ações.

Mas a construção de novos arranjos institucionais só se completa com um outro elemento inovador presente em diversas experiências municipais recentes: *o estabelecimento de novas formas de articulação entre Estado, sociedade civil e mercado*. Através destas novas formas de articulação, observa-se uma tendência à *inclusão de novos atores na formulação e implementação das políticas públicas* no nível local. A iniciativa dos municípios na área social tende hoje a incluir, em algum grau, a participação de entidades da sociedade civil: comunidade organizada, organizações não-governamentais e setor privado empresarial (FARAH, 2001, p.136, grifos do autor).

Por fim, sobre a articulação de projetos e programas, ressalta-se que até pouco tempo, a prestação de serviços públicos para a população e as políticas sociais que lhes eram oferecidas e aplicadas, tinham que ser executadas apenas com programas federais. No entanto, as iniciativas do governo municipal, passaram a ser executadas com aliados federais e estaduais, visando programas locais.

A inclusão da população nas políticas públicas fez com que as implementações e o controle de melhorias, se tornassem em um padrão de ações a serem seguidas. Deixando de lado a centralidade dos poderes, trazendo a sociedade para assim, ampliar e incluir os indivíduos que receberiam tais ações.

Os projetos e programas governamentais construíram novos arranjos institucionais, que também serão discutidos e analisados ao longo do texto. Tais arranjos buscam superar antigos modelos, e assim, dinamizar as políticas sociais e públicas. Segundo Farah (2001, p.142) os governos municipais, assumem a coordenação e a liderança, trazendo atores governamentais e não-governamentais, para estabelecer processos onde possa concentrar interesses e recursos em torno de objetivos comuns.

Para entender de forma holística o termo políticas públicas, é fundamental ter em mente sua relação direta com governo (federal, estadual ou municipal) e suas ações. Em um sentido mais prático, Francisco Heidemann (2009), define política pública como:

Em sua concepção mais operacional, a política é entendida como ações, práticas, diretrizes políticas, fundadas em leis e empreendidas como funções de Estado por um governo, para resolver questões gerais e específicas da sociedade (HEIDEMANN, 2009, p.28).

De acordo com o Manual de Políticas Públicas – Conceitos e Práticas (CALDAS, 2008, p.08-09) “As Políticas Públicas são definidas no Poder Legislativo, o que insere os Parlamentares (vereadores e deputados) nesse processo. [...] as propostas das Políticas Públicas partem do Poder Executivo, e é esse Poder que efetivamente as coloca em prática”. Nesse sentido, é preciso compreender as necessidades e estabelecer metas, para que o governo trate delas, como uma divisão de atividades.

O poder público local deve adotar novas medidas e políticas públicas sempre que houver a necessidade, elas precisam estar direcionadas as diversas áreas, da cultura, da economia, como a geração de empregos e renda, entre outras. Pois, de alguma forma elas passam a servir como um estímulo para o desenvolvimento de atividades de prestação de serviços na própria localidade.

2.3 REUNI

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI foi proposto por meio do decreto nº 6096 de 24 de abril de 2007, que como preconizado tinha em suas bases o oferecimento de maior número de vagas e expansão das universidades. Além disso, o intuito era que em dez anos ter cerca de 680 mil novos estudantes nas universidades, aumentar e ampliar o número de cursos superiores, e junto a isto fazer com que os cursos fossem também no período noturno.

Essas mudanças todas iriam diminuir as disparidades, proporcionar acesso à educação gratuita e de qualidade, contribuir para desenvolvimento econômico e social do país. As universidades passam a ter papel importante na sociedade, pois, a visibilidade de suas práticas e ações seria também vistas pelo todo. Os planos de restauração projetaram essas mudanças a longo e curto prazo.

O REUNI é uma política pública, seu desenvolvimento é resultado de decisões arquitetadas pelos governantes (HEIDEMANN,2009). Elas visam às melhorias para a população, independente da escolaridade, cor, religião, entre outras. Sendo assim, elas partem da totalidade de ações, metas e planos que os governos traçam para alcançar melhorias e o bem estar da população, além do interesse público.

Diante disso, nota-se que algumas medidas que foram tomadas para a expansão interiorizada era primordial para o momento. A população do interior que detinha condições socioeconômicas migrava para estudar nos grandes centros, mas a grande parte estava na

contramão da realidade, pois anteriormente não conseguiam ter acesso a uma educação gratuita e de qualidade. Além dos impactos pessoais, os sociais estavam presentes nas cidades, que por vezes não desenvolvia algumas de suas áreas por falta de mão de obra qualificada e pesquisas de ponta, fatores esses que poderiam auxiliar a região e utilizar suas potencialidades.

Segundo a Secretaria de Ensino Superior - SESU, que é vinculada ao Ministério da Educação, em um balanço realizado no ano de 2014, qualificou a interiorização do ensino superior da seguinte maneira:

Os egressos do ensino médio sem opções de educação superior em sua região tendem a migrar, muitas vezes em caráter definitivo, para locais onde a oferta é mais ampla e diversificada. A região abandonada perde a oportunidade de fixar profissionais altamente qualificados e os estudantes sem condições financeiras de migrar para regiões mais propícias perdem a oportunidade de se qualificar (BRASIL, 2014b, p.20).

O decreto de nº 6096 que instituiu o REUNI, em seu artigo 2º, inciso V, evidencia o referido termo “ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil” (BRASIL, 2007), dessa maneira, mostra que o processo de interiorização das universidades tem como intuito modificar as realidades em prol dos aspectos sociais e econômico das regiões do interior. E ainda, apresenta objetivos que foram definidos para aumentar a oferta de cursos e o número de vagas para a graduação, atrair a população local e programas para a ocupação de vagas ociosas, proveniente, muitas vezes, da evasão.

As universidades trabalham como uma teia de relações com a sociedade, onde as ações por ela desenvolvidas se conectam com os locais que precisam. Elas produzem efeitos significativos, os quais respondem por meio da produção, consumo, estruturas e demais melhorias dentro da cidade ou na região em que ela está. Esses efeitos são produzidos a longo e médio prazo.

Dessa forma, a universidade desempenha uma função social de relevância para a sociedade. Na visão micro que refere à sociedade a que está instalada, seus projetos, estudos aprofundados, consultorias, contribui para desenvolvimento social, político e econômico, mas acima de tudo produz mudanças na compreensão de mundo, como reforça McCowan, e Schendel. (2015):

(...) a educação superior pode produzir mudanças na compreensão do mundo das pessoas, suas relações com os outros e sua capacidade de ter uma vida próspera, e tais impactos nem sempre são possíveis de serem avaliados (MCCOWAN & SCHENDEL, 2015, p 41).

As mudanças produzidas fazem com que as ações estejam voltadas ao local, com isso, elas passam a ser mais valorizadas. As mudanças acontecem também no planejamento local e regional, as estratégias de desenvolvimentos e os novos espaços geográficos, passam a ser pensados para as demandas que irão surgir.

Segundo Botelho Júnior (2005), sempre que há uma nova atividade que quando instalada em uma região, resulta em um efeito multiplicador de investimentos. Estes por sua vez, provocam aumentos que são consideráveis em diversas áreas, os trabalhadores, por exemplo, passaram a gastar sua renda com serviços locais, aumentando os insumos, que aumentam a produção e geram novos trabalhos. Fazendo com que haja uma elevação ainda maior no setor terciário, ou seja, no setor de serviços.

Segundo Midlej e Fialho (2005, p. 72) a relação entre universidade e região existe. Os autores compreendem a universidade como um meio de empreender processos de inovação, produção e difusão da ciência e também da cultura. A universidade passa deste modo, a ocupar um lugar estratégico partindo do desenvolvimento socioeconômico, e junto a isto, qualificando o ensino e o próprio sistema educacional.

2.4 Parcerias: Universidade-Município

As cidades estão em pleno desenvolvimento, podemos definir cidades ou municípios de acordo com o livro “A Ideologia Alemã” de 1846, escrito por Karl Marx e Friedrich Engels, os autores definiram o seguinte: “a realidade da concentração da população, dos instrumentos da produção, do capital, dos prazeres, das necessidades (...)” (MARX e ENGELS, 1984, p.64). Características estas que estão presentes nas cidades.

A cidade é onde ocorre a prestação de serviço público à população, mesmo que os recursos sejam escassos, seguindo a lógica de fazer mais com menos, tal situação exige dos municípios boas parcerias, criação de consórcios municipais, com intuito de oferecer um serviço digno ao cidadão. Os estudos que tratam da temática da parceria entre municípios e universidades começam a se intensificar e apontam que bem delimitada e executada, essas parcerias podem gerar resultados positivos para ambos os parceiros².

A universidade é detentora do conhecimento de cunho científico, já o município parte das possibilidades, onde esses conhecimentos podem ser aplicados. Ambos têm muito a

² Aqui o refere-se: parcerias entre público-público, pois a discussão principal do texto é sobre município e universidades públicas.

compartilhar, a troca de experiências, são proveitosas e causam iniciativas promissoras e que se multiplicam em ações e recursos. As parcerias são defendidas por profissionais de todas as esferas, pois, esta colaboração ocasiona o desenvolvimento.

Para tanto, é importante ressaltar que se relacionando a setores, como por exemplo, da educação, economia, cultura, saúde, lazer, entre outros, é fundamental que estejam inseridas políticas públicas e sociais que sejam efetivas no local e região. As universidades públicas e demais instituições educacionais vem ao longo dos anos aprimorando e contribuindo para o desenvolvimento regional, combinando os mecanismos as ações em prol da sociedade.

Para tanto as Instituições de Ensino Superior – IES, possuem o papel de disseminador do conhecimento, partindo do fundamento de propor um desenvolvimento sustentável para a sociedade, além disso, de propor diversas contribuições visando à democracia e a superação de questões sociais e ambientais. Por fim, a relação das IES e suas localidades, devem estar afinadas, para serem dinâmicas e poderem se utilizar das diversas ferramentas que estão dispostas.

A troca de conhecimento nas parcerias é feita de maneira constante. Além disso, elas aumentam as oportunidades, podendo assim, aumentar a procura de profissionais qualificados, capacitados e com experiências, auxiliando o mercado de trabalho. As parcerias entre município e instituição de ensino produzem uma cooperação mútua, esse tipo de parceria é chamado “ganha-ganha”, tanto a universidade e o município são beneficiados por essas ações.

Para que as parcerias sejam bem sucedidas, devem ser elaboradas regras claras, precisas, estáveis e que sejam jurídicas e politicamente sustentáveis. Só assim será possível garantir a prestação de serviço público adequado [...] (ZYMLER, 2005 p.283).

Nesse sentido, as parcerias se mostram como ações positivas, onde o objetivo é o desenvolvimento e o aprimoramento de alguns setores públicos. Além disso, as parcerias se apresentam com qualidade, que por vezes, não havia nesses setores, e também, disponibilizando diversos serviços para a sociedade.

As universidades funcionam como um pólo de desenvolvimento, onde passam a ser construídos setores que auxiliam na formação de mão de obra para diversas áreas, que passa, a suprir demandas. Para os municípios elas contribuem na economia, moradia, hospitais, educação, entre outros setores.

De acordo com Perroux (1978), as aglomerações ligadas ao que é industrial-urbano despertam nos consumidores diversas curiosidades, fazendo com que, eles passem a emergir e desencadear, necessidades que são coletivas, como por exemplo, relacionadas à habitação,

transportes, serviços públicos entre outros. Ou seja, são feitos investimentos para a cidade, com o objetivo de atender as novas demandas que são construídas com esses indivíduos que passam a utilizar das universidades.

Com relação aos efeitos econômicos e financeiros que são atribuídos as cidades, as quais se encontram os campi de ensino superior, estão também ligadas ao processo de diversificação e qualificação do ensino. As atividades culturais e as demais necessidades favorecem o desenvolvimento. As cidades passam por transformações consideráveis.

Para Dowbor (1996), os municípios precisam buscar ações que auxiliem na geração de renda e emprego para os habitantes locais de maneira geral. Com isso propiciando a permanência dos indivíduos, isso pode ser fomentado com incentivos para as instalações de formas de organização, que sejam produtivas e cooperativas, partindo de um ambiente favorável. Demandas essas que precisam estar previstas e também fazerem parte do contexto social dos mesmos.

Dowbor (1996) acredita ainda, que precisa haver a diminuição ou quem sabe a eliminação de processos burocráticos, pois, esses são fatores preponderantes e constituem um estímulo ao desenvolvimento local e até mesmo para a geração de empregos. Nesse sentido, as políticas públicas que são adotadas, servem de estímulos para desenvolver novas atividades e serviços.

As formas de complementaridade entre a universidade e o ambiente em que ela se encontra inserida, tem um prognóstico mais favorável em um ambiente econômico mais estável, o que favorece também o crescimento do setor produtivo e da economia, o qual tem reflexos no processo de aglomeração de um dado local, principalmente se ele se der via aglomeração e intensificação de determinada atividade sócio-econômica (GPEBEL; MIURA; 2004, p.39).

Por fim, as universidades passaram a ganhar mais visibilidade na sociedade e são vistas como um setor altamente produtivo em todos os campos que atua. Elas passaram a atender as demandas locais, regionais e até mesmo nacionais, dependendo das atividades que executam. A gestão municipal, por sua vez, passou a operar com mais rapidez, eficácia e conta com mais tecnologia, muitas vezes gerada dentro das universidades.

Diante desses fatores apontados, observa-se também que ambos os espaços se alteraram e hoje, possuem autonomia para solucionar problemas ou construir possibilidades. Destaca-se também, neste estudo a interação espacial das universidades com relação às cidades e às regiões em que elas se encontram alocadas, pois, é assim que podemos levantar dados para esta e outras pesquisas.

3. METODOLOGIA

Conforme Vergara (2007) é imprescindível que se informe ao leitor o tipo de pesquisa a ser empregado em uma investigação. A autora afirma que uma pesquisa pode ser classificada sob dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios. No que diz respeito aos fins uma pesquisa pode ser: exploratória, descritiva, explicativa, metodológica, aplicada e intervencionista. Quanto aos meios ela pode ser: pesquisa de campo, de laboratório, documental, bibliográfica, experimental, participante, pesquisa-ação e estudo de caso.

De acordo com Minayo (2006, p. 47) o conceito de pesquisa está relacionado a “uma atividade básica das Ciências na sua indagação e construção da realidade”, fazendo com que a atividade de ensino do pesquisador, seja realizada. A metodologia é parte fundamental da pesquisa, é ela quem orienta e sistematiza todo o percurso a ser construído, pelo pesquisador.

Segundo Praça (2015, p.72) as metodologias servem como guia para a pesquisa e para a relevância da pesquisa, é preciso que o pesquisador se utilize e busque meios científicos. Quando nos utilizamos das metodologias, podemos compreender e analisar a diversidade do mundo, pois, é por meio dela que construímos o conhecimento (PRAÇA, 2015, p.73).

Os projetos aqui elencados que serão discutidos ao longo da pesquisa foram selecionados por terem mais impacto diante da população e do local em que está sendo desenvolvido. Além disso, eles atuam diretamente com a sociedade e estão na área da saúde. Área esta que possui muitas demandas e onde a população se sente prejudicada na maioria das vezes, independente da localidade.

3.1 Caracterização da Pesquisa

Partindo dos apontamentos, a pesquisa foi considerada como um estudo de caráter descritivo e quanto aos meios um estudo de caso, vinculado a uma pesquisa bibliográfica e documental. De acordo com Martins (2007, p. 36) uma pesquisa descritiva “tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno, bem como o estabelecimento de relações entre variáveis e fatos”.

Segundo Arilda Godoy (1995):

A palavra escrita ocupa lugar de destaque nessa abordagem, desempenhando um papel fundamental tanto no processo de obtenção de dados quanto na disseminação dos resultados. Rejeitando a expressão quantitativa, numérica, os dados coletados aparecem sob a forma de transcrições de entrevistas, anotações de

campo, fotografias, videoteipes, desenhos e vários tipos de documentos (GODOY, 1995, p.62).

Dessa maneira, o estudo pode ser classificado como descritivo na medida em que foram descritos três projetos realizados no município de Toledo em parceria com o campus de Toledo da UFPR, detalhando suas ações, objetivos, os envolvidos e resultados obtidos.

Godoy (1995), ainda reforça o seguinte:

Como os pesquisadores qualitativos não partem de hipóteses estabelecidas a priori, não se preocupam em buscar dados ou evidências que corroborem ou neguem tais suposições. Partem de questões ou focos de interesse amplos, que vão se tornando mais diretos e específicos no transcorrer da investigação. As abstrações são construídas a partir dos dados, num processo de baixo para cima. Quando um pesquisador de orientação qualitativa planeja desenvolver algum tipo de teoria sobre o que está estudando, constrói o quadro teórico aos poucos, à medida que coleta os dados e os examina (GODOY, 1995, p.58).

Segundo pesquisas de Patton (1980) e Glazier & Powell (2011), os dados qualitativos, partem das descrições que são detalhadas analisando, comportamentos e fenômenos. Além disso, se encaixam citações diretas de pessoas relatando suas experiências, trechos de documentos, registros e também correspondências. Outros instrumentos de pesquisa são as gravações em vídeo ou áudio, sendo que elas podem ser transcritas. Os dados devem ter profundidade e interações entre indivíduos, grupos e organizações.

Sobre a análise de conteúdos, para Bardin (2011, p.47), significa um conjunto de técnicas, as quais partem da análise das comunicações, além do uso de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Os quais permitem a inferência de conhecimentos que são relativos às condições tanto de produção como recepção das mensagens.

Partindo da leitura de Yin (2001), quanto ao uso das metodologias o estudo de caso, foi considerado o mais apropriado, pois, representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo "como" e "por que". Quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real, os estudos de caso parecem mais viáveis.

Ainda para o mesmo autor, Yin (2001) afirma que existem várias formas de análises de dados qualitativos. No entanto, para esta pesquisa será utilizado à explanação concorrente padrão, a qual parte das evidências e analisa os dados dentro de cada caso, além de observar a lógica da replicação para todos eles.

Para tanto, nota-se que o estudo de caso visa analisar da maneira mais aprofundada, os possíveis eventos, no caso em questão, são três projetos desenvolvidos por instituições envolvidas por meio de parceria, observando também, o seu impacto social de maneira geral ou em grupos específicos desta sociedade. Gil (2007), afirma que um estudo de caso é uma análise profunda de um objeto, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.

Nesse sentido, o estudo de caso buscou analisar os fatos e construir uma análise que respondesse de forma clara, mas não esgotando futuras interpretações, o impacto social dos projetos, seus principais objetivos e também quais ditames legais pretendem assegurar a população. Dessa forma, a análise de conteúdo será também utilizada para organizar os moldes da pesquisa, além de identificar e discutir os procedimentos de coleta citados.

No que diz respeito à pesquisa documental, Fonseca (2002), as principais fontes utilizadas são relatórios de gestão, documentos oficiais, cartas, filmes, tabelas estatísticas, jornais, revistas, entre outros. No referido estudo de caso foi utilizado como fonte básica os documentos obtidos por meio dos portais oficiais da Prefeitura de Toledo e do campus da UFPR, seguido de demais reportagens publicadas em jornais eletrônicos e rede televisa local, como embasamento para confirmar o alcance dos objetivos dos projetos implantados.

A abordagem de pesquisa qualitativa norteou todo o estudo, pois, não há preocupação com dados numéricos, sendo seu principal objetivo o aprofundamento da compreensão de um grupo social, evento, política pública, entre outros. Geralmente se tem premissas mais gerais, visando uma situação específica.

Este estudo buscou observar a importância e o impacto positivo das parcerias, entre instituições públicas, direcionando a pesquisa para um ponto mais específico que são a Prefeitura de Toledo e o Campus Toledo da UFPR. A análise partiu de três projetos que são desenvolvidos em parceria por essas instituições, explorando fontes documentais obtidas nos sites da prefeitura e do campus, reportagens locais e regionais, as quais trouxeram informações sobre a execução e resultados desses projetos.

Os três projetos aqui elencados para discussão foram: “Libras e Saúde”, PROSEI – Promoção da Saúde na Educação Infantil e o terceiro refere-se ao Ambulatório de Especialidades da UFPR, todos desenvolvidos no município de Toledo e em parceria do município com a universidade. Partindo também das relações com a missão a qual a universidade se propõe.

A UFPR possui valores, dos quais visa à construção e disseminação do conhecimento, onde sua responsabilidade social está em “Estender à comunidade os benefícios criados no

ambiente acadêmico na forma de prestação dos serviços meritórios, de forma ética, segura e democrática”³.

As ações e também, parte das informações mencionadas no referido trabalho, foram obtidas por meio de informações que foram pesquisadas no site da instituição, da prefeitura do município e nos principais meios de comunicação da própria cidade. Dessa forma as publicações relacionadas, fazem parte da realidade local. Além disso, é por meio delas que são observadas as opiniões e ações, relacionadas aos projetos.

As coletas de informações, leitura crítica e reflexiva dos documentos obtidos, foram realizadas para chegar às análises e conclusões, para assim, responder os objetivos específicos da pesquisa que são: Investigar os impactos sociais das ações estabelecidas em conjunto entre a UFPR e o município de Toledo; Explanar as principais ações de relevância do Campus Toledo em parceria com governo municipal e seu impacto social; Analisar e construir uma reflexão crítica da parceria do Campus Toledo com o município de Toledo.

Durante a reflexão do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI a importância das relações de parceria, partem de ações como, por exemplo, em “Estabelecer contatos e parcerias com instituições de pesquisa nas escalas regional, nacional e internacional visando à promoção da pesquisa e da internacionalização na produção do conhecimento” (UFPR, 2020, p.62).

Para além dos objetivos será pontuado se ações executadas por esses projetos vai ao encontro com as normas legais, que preconiza os direitos fundamentais e coletivos dos cidadãos brasileiros. Sendo assim, a análise irá partir dessas premissas, com intuito de construir um cenário reflexivo sobre as parcerias, principais campos de atuação e seu resultado efetivo nas vidas das pessoas.

³Missão, Visão, Valores e Princípios. Disponível em: <https://www.ufpr.br/portafulpr/a-universidade-institucional/missao-e-valores/>.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A discussão deste estudo teve como base as relações da universidade com o município, sendo estas, duas instituições públicas que visam relações sociais e se orientam com políticas públicas. Ambas desenvolvem projetos em parcerias com outras instituições, sejam elas municipais, regionais ou federais, partindo do pressuposto das melhorias e para o desenvolvimento.

A partir das leituras de outros textos científicos publicados, estudos ainda em andamento, notou-se que as parcerias geram diferenciais que por vezes não era visto dentro dos municípios, como por exemplo, emprego e renda, entre outras ações que envolvem.

Para tanto neste capítulo, serão discutidos os pontos que depois de analisados, trouxeram resultados. A análise se deu por meio das parcerias dessas instituições, ou seja, universidade e prefeitura. A história do campus da UFPR no município será apresentada de maneira breve, observando os pontos principais de sua construção e analisando quais relações foram criadas para que as parcerias acontecessem.

Sendo assim, é importante para a discussão que as principais ações que são promovidas sejam também analisadas. Dessa maneira, os projetos serão também descritos, que são: Libras e Saúde, PROSEI e o Ambulatório de Especialidades, estes por sua vez, se destacam de maneira considerável, pois, a relação com o curso de Medicina é quase que direta.

No caso do município de Toledo, estes projetos que estão presentes e em andamento, são favoráveis, pois, a estrutura que é oferecida é de grande valia, faz com que possam receber as universidades, as quais são consideradas como geradoras de desenvolvimento. As atividades elaboradas por elas e o desencadeamento de atividades a partir de implantações, produzem desenvolvimento local e regional.

4.1 Breve História Do Campus Toledo

A Universidade Federal do Paraná – UFPR possui alguns campi em algumas cidades do Estado do Paraná. O município de Toledo está localizado na região Oeste do estado, fica a 536,6km de distância da capital Curitiba. De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o município conta com uma estimativa de 142.645 habitantes, dados do ano de 2020 e tem uma economia bastante diversificada, com a presença da indústria e da

agropecuária. Além disso, Toledo está entre as dez melhores cidades, de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano- IDH do estado do Paraná.

Ao mesmo tempo, Toledo é considerado um pólo universitário, pois é a cidade com mais universidades públicas do oeste do estado, contando com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE e com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. Dessa maneira, o município recebe todos os anos um número grande de estudantes e até mesmo, de profissionais de diversas áreas, que atuam nos espaços, fazendo com que a demanda de oferta e procura gere diversas oportunidades.

Para tanto, o processo da escolha do município de Toledo como sendo a sede do novo campus da UFPR, foi pautado em diversas análises, que foram realizadas com base principalmente na localidade. Pois, existia também, a possibilidade de outras cidades receberem o campus, como por exemplo, Cornélio Procópio localizado ao norte paranaense.

De acordo com as informações do site do Campus de Toledo, a escolha da localidade para receber o campus, teve como base critérios bastante técnico, como por exemplo, o fato de já existir uma rede de Saúde estruturada e que atenderia plenamente as demandas feitas por meio do curso de medicina. O município conta com Unidades Básicas de Saúde - UBS, Estratégia de Saúde da Família, Ambulatórios de Especialidades, Rede de Urgência e Emergência, Serviço Atendimento Móvel de Urgência- SAMU, Centro de Atenção Psicossocial e Assistência Hospitalar vinculada ao Sistema Único de Saúde - SUS, e também, Hospital filantrópico e Hospital Regional (ainda em implantação).

Dessa maneira, a data de 21 de março de 2016, tornou-se um marco para ambas as histórias, ou seja, tanto da universidade, quanto do município. Pois, a partir desta ocorreu o início das atividades do curso de medicina em um prédio em parte improvisado e cedido pelo município.

Na mesma data, porém dois anos depois, em 21 de março de 2018, aconteceu a inauguração do espaço do campus em definitivo. O novo prédio foi construído com recursos de ambos, da prefeitura e do empresário Luiz Donaduzzi, que é também fundador de uma indústria farmacêutica construída no município, chamada “Prati-Donaduzzi”, o mesmo auxiliará em algumas construções da universidade, doando um novo prédio.

A sede da universidade é o primeiro prédio do empreendimento do Parque Científico e Tecnológico de Biociência, conhecido pela população como “BIOPARK”, este fora idealizado pelo próprio empresário e a universidade atua como potencializadora de novas ações e investimentos para a população.

O curso de medicina de Toledo incorporou na dinâmica local, uma nova metodologia para desenvolver o ensino, mantendo o foco na saúde da família, ou seja, partiram de um currículo integrado e com foco no aprendizado com a comunidade. Sendo assim, se utilizaram de metodologias que fossem ativas, mas, sempre partindo do ensino-aprendizagem com qualidade e eficácia.

Segundo Bovo, Silva e Guzzi (1996), o artigo 207 da Constituição da República Federativa do Brasil, o qual define que as universidades devem nortear suas ações de maneira que não haja separação entre ensino, pesquisa e extensão, e que assim, esteja resultando em atividades da universidade para com a sociedade. Além disso, que tenham a obrigatoriedade de atender as demandas da comunidade a qual está inserida, e não apenas formar capital intelectual.

As instituições públicas de maneira geral precisam dar respaldo para a sociedade de seus investimentos e aplicação de capital para melhorias. Como por exemplo, quando se faz a implantação da universidade pública, com recurso público, deve-se atender a população com serviços para todos, relacionados sempre a disposição de bem estar social. É como se a população tivesse um retorno de seus impostos ou demais tributos.

Nesta direção o Campus da universidade localizado em Toledo, que está em parceria com o município, começou a desenvolver seus projetos. Os projetos tiveram como objetivo o impacto positivo que trariam a população, oferecendo ações educativas que fossem contribuir para todos, atendimento médico com supervisão docente para diminuir as demandas mais acentuadas, parceria no âmbito educacional com palestras e ações de aprendizagem, entre outros projetos.

O Campus de Toledo pauta suas ações, desenvolvendo principalmente os projetos de extensão, os quais atuam em diversas áreas da saúde, mas que estão sempre mantendo parcerias que são contínuas e com entidades privadas também, mas é primordial que atenda questões relacionadas ao município, com vistas a oferecer saúde de qualidade e atendimento humanizado à população toledana.

Buscou-se analisar a importância social dos projetos desenvolvidos, relacionados a estas duas instituições. De acordo com a análise, foram escolhidos três projetos, entre inúmeros desenvolvidos. O primeiro chama-se “Libras e Saúde”, onde o objetivo é oferecer treinamento na língua de sinais, para profissionais de saúde do município, para capacitar e permitir o processo de inclusão, além disso, para que o atendimento das pessoas surdas seja facilitado e compreendido. O projeto traz uma demanda que está latente na sociedade contemporânea que é o tema da inclusão das pessoas com algum tipo de deficiência.

Com isso, preconiza o que diz Lei 7853, de 24 de Outubro de 1989, a qual trata e dispõe sobre o apoio e a integração da pessoa com deficiência, como segue:

Art. 1º Ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, e sua efetiva integração social, nos termos desta Lei.

Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico (BRASIL, 1989).

O segundo projeto está relacionado à promoção da saúde na área da educação infantil. Busca-se por meio deste, desenvolver uma parceria com o âmbito educacional, partindo desde o cotidiano dos discentes da rede municipal, orientando-os com questões sobre saúde e bem estar, para assim, praticarem e também, para que tenham informações complementares e que possam replicar aos seus parentes, os quais por sua vez, levem para suas casas.

De acordo com a Constituição Federal do ano de 1988, o Estado é quem deve garantir a educação como um direito social (artigo 6º da CF/88). O Estado então passou formalmente a ter a obrigação de garantir educação (em sentido amplo) de qualidade a todos os brasileiros. Além disso, que se tem a necessidade que seja gratuita, garantindo a todos os indivíduos o acesso ao conhecimento e a informação.

O último projeto aqui analisado, refere-se ao Ambulatório de Especialidades Médicas da UFPR. Este é um projeto de extensão que possui características contínuas, ou seja, em parceria com os demais envolvidos, cederam espaço, insumos, além de conhecimento intelectual, para assim, atender a população e diminuir a espera do SUS.

Esta iniciativa, fez com que os direitos sociais, fossem preservados, pois, o acesso à saúde, de acordo com a CF/88 em seu artigo 6º e também, referente ao artigo 196, refere-se a seguinte questão:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (CF/1998).

Seguindo os pressupostos desta análise, foram encontradas algumas evidências nos projetos de extensão, as quais são:

a) Prestar um serviço à sociedade, seja ele diretamente como no caso do ambulatório e das palestras com intuito educacional, seja indiretamente com a formação de agentes públicos de saúde na língua brasileira de sinais;

b) Os projetos buscaram firmar parcerias entre órgãos públicos, no caso a prefeitura e a universidade, uma instituição que busca aperfeiçoar o ensino, desenvolver a pesquisa e por em prática os projetos de extensão para o público;

c) Outro ponto relevante está ao analisar os projetos de extensão contínuos que foram surgindo e que estão sendo executados (sem uma data para fim). Estão também, assegurando direitos sociais e proporcionando formação prática de qualidade para os universitários atuais e os que virão no decorrer do tempo, tal ação auxilia a sociedade e fortalece a imagem da instituição de educação superior;

Para tanto, vale ressaltar que todas as ações que estão envolvidas nesta pesquisa seguem ao encontro da Constituição Federal e das demais leis. Além disso, observa-se que elas estão garantindo direitos individuais e principalmente os sociais, que estão exemplificados no artigo 6º da CF/88.

De acordo com as evidências elencadas, nota-se que há uma execução de parcerias, e que elas nos são primordiais, junto a isto, a importância da relação, entre prefeitura e universidade, sendo este, o maior ganho para a população. A prefeitura com ajuda da universidade passa a executar direitos sociais, garante a população serviços adequados, que fortalecem a relação com o Estado.

QUADRO 1 – SÍNTESE DOS PROJETOS

PROJETO	INÍCIO	OBJETIVO	FINALIDADE
Libras e Saúde	2019	Promover a inclusão da pessoa surda nos serviços públicos prestados pelo município;	Melhorar a comunicação.
PROSEI – Promoção da Saúde na Educação Infantil	2018	Promover ações educativas para saúde, visando alimentação e higiene pessoal;	Acesso à vida saudável.
Ambulatório de Especialidades UFPR	2018	Auxiliar no atendimento, com	Diminuir filas; Preparo e prática

e Município de Toledo		orientação supervisão professores médicos;	e de e	para atendimentos.
-----------------------	--	--	--------	--------------------

FONTE: Do autor, 2020.

Junto a isto, a universidade vai muito além de entregar ao mercado de trabalho, mão de obra qualificada, ela também, executa seu principal motivo de existir, entregar serviços, com conhecimentos, que os indivíduos possam construir suas próprias críticas reflexivas, com o intuito de permitir que a cidadania e o desenvolvimento local, regional e nacional, sejam seus processos primordiais.

Os profissionais e agentes de saúde, possuem suas singularidades dentro da sociedade. Estes por sua vez, interagem e são inseridos diretamente com seu público, fazendo com que tenham múltiplos significados a comunidade. A profissionalização desses indivíduos torna-se fundamental para as equipes e para a comunidade, ela deve estar pautada de acordo com realidade da comunidade, para envolver toda a equipe.

Sendo assim, tais ações podem ser replicadas por instituições de ensino, mas chama-se a atenção, pois, elas devem respeitar as necessidades locais, a cultura, o campo de atuação daquela universidade, pois, pouco adianta executar ações que não serão dotadas de resultados que sejam efetivos e que realmente cumpram sua missão social ou até mesmo mercadológica.

4.2 Ações Promovidas Escolhidas

Entre os projetos que são desenvolvidos pela universidade, foram selecionados os seguintes: “Libras e Saúde”, Promoção da Saúde na Educação Infantil- PROSEI: estimulando a alimentação saudável e boas práticas de higiene e o projeto sobre o Ambulatório de Especialidades da UFPR.

Esses projetos que foram escolhidos estão diretamente ligados ao município e também à universidade, a parceria por eles desenvolvida, promove e garante o bem estar da população, além da qualidade de vida. E ainda, a troca de informações e a relação entre ambos, acontecem de maneira constante, essas ações estão voltadas a população diretamente, pois, é para eles que os estudos de melhorias são realizados.

Por fim, se observa a relação com os espaços, nos quais essas ações atuam, como por exemplo, as escolas e postos de saúde, são áreas ainda em precariedade e que por vezes, precisa de mais atenção na sociedade, em função da demanda que recebem e que precisam

auxiliar. Ambos os espaços estão sempre sendo cobrados e até mesmo são tachados de fazerem pouco ou até mesmo terem pouca produção, por esse motivo chama-se a atenção.

De acordo com o PDI (UFPR, 2020, p.90):

Relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas: Atualmente a legislação brasileira regulamenta as parcerias que envolvem instituições públicas através dos seguintes instrumentos: convênios, contratos e cooperações técnicas. A Universidade Federal do Paraná procurando estreitar os laços com a comunidade, busca efetivar parcerias nas mais variadas áreas. Através dos instrumentos legais permitidos a UFPR estabelece parcerias com representantes de todos os segmentos da sociedade, sejam eles privados ou instituições governamentais nas esferas municipal, estadual e federal, além de relacionar-se também através de cooperações com parceiros internacionais.

Diante da busca por melhorias relacionadas aos atendimentos e atuação da área da saúde para com a sociedade, a principal demanda está em postos de saúde, escolas, Unidade Básica de Saúde – UBS, Unidade de Pronto Atendimento – UPA, entre outros setores. A área da saúde é um dos principais focos dos governantes desde suas campanhas. Por exemplo,

A lei n. 12.871, do Programa Mais Médicos, foi promulgada em 2013 como medida para combater as desigualdades regionais na área da saúde, sendo estruturada em três eixos de ação: investimentos na melhoria da infraestrutura da rede de saúde, principalmente nas unidades básicas de saúde; ampliação e reformas educacionais dos cursos de graduação em medicina e residência médica no país; e provimento emergencial de médicos em áreas vulneráveis. Assim, o programa previa a expansão de escolas, que deveria priorizar regiões de saúde com menor relação de vagas e médicos por habitante e que tivessem estrutura de serviços de saúde em condições de ofertar campo de prática suficiente e de qualidade para os alunos (Brasil, 2013; Facchini et al., 2016).

Nesse sentido, nota-se a relevância dos agentes da saúde e também das ofertas de melhoria de demanda. Para tanto, vale ressaltar que ainda se tem diversas dificuldades nesta área. Relacionado ao município de Toledo, a atuação da interiorização do curso de medicina irá fazer com que os futuros profissionais possam se fixar e atuar aqui. Fazendo com que este seja mais um fomento para as atividades de saúde e melhore a qualidade de vida em cidades do interior.

4.2.1 Projeto: “Libras e Saúde”

O projeto “Libras e Saúde”, de acordo com o que foi divulgado no site do campus no ano de 2019, têm como objetivo principal, promover a inclusão de pessoas surdas nos serviços públicos de saúde do município. Em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Toledo, foram oferecidos cursos da Língua Brasileira de Sinais – Libras, com o foco na comunicação primária aos profissionais da saúde do município e também aos alunos de medicina.

De acordo com a Lei n. 10.436 de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002) a qual reconhece a Língua Brasileira de Sinais Libras, como sendo um meio legal para a comunicação de surdos, além de determinar que sejam garantidas formas de sua institucionalização e difusão. Alguns estudos apresentam as vantagens de sua aplicabilidade, considerando aparato fundamental para o desenvolvimento da sociedade.

Segundo a reportagem publicada nas mídias e de acordo com o tradutor intérprete de libras e coordenador do projeto, Thiago Rafael Mazzarollo (2019), diz:

Eu particularmente fico muito feliz com este rico material. Na área da saúde pouco se fala sobre o atendimento ao paciente surdo e a primeira dificuldade encontrada pela pessoa surda ao buscar as redes de apoio e de saúde é a comunicação. E este material poderá auxiliar e muito aos profissionais da saúde. (...) Muitas vezes os surdos buscam as UBS em casos extremos quando todas as medidas caseiras foram tomadas, e é isso que não queremos mais que aconteça. Já tivemos relatos de alunos que fizeram o curso de Libras e realizaram atendimentos primários a um paciente surdo, o qual se sentiu muito acolhido. Desta maneira, observamos o quanto o projeto é importante tanto para os profissionais da área da saúde quanto para a pessoa surda.

De acordo com relato do coordenador do projeto é perceptível à importância dessa parceria, pois a universidade é quem detém e constrói o conhecimento e a prefeitura o materializa em ações em conjunto em benefício da sua população. É este um campo farto de medidas a serem realizadas e tomadas, onde ambas as instituições só tendem a ganhar e praticar ações positivas em prol da comunidade.

O tema inclusão é à base deste projeto, pois, por meio dele, se constrói um alerta para as demais instituições públicas, as quais ainda não têm capacitado seus servidores para um atendimento a população surda, muitas vezes essa falta de acolhimento não permite que o problema seja sanado. No entanto, devem ser pensadas e praticadas ações para todos os indivíduos que possuem demais necessidades, visando ampliar medidas e ações.

A prefeitura juntamente com a universidade, tenta com pequenos passos, garantir o que preconiza a Lei 7853, de 24 de Outubro de 1989, que trata da integração da pessoa com deficiência, especialmente em seu artigo 2º:

Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico (1989).

Os primeiros passos foram dados, relacionados à inclusão dos indivíduos. Mas, para qualquer outro serviço público é necessário que se tenha condições mínimas, e uma delas é a comunicação, demanda atendida por meio do projeto. A administração pública deve estar preparada para lidar com a diversidade que existe, prestando assim, um serviço eficaz e que garanta direitos, os quais são estabelecidos por leis.

4.2.2 Projeto: PROSEI – Promoção da Saúde na Educação Infantil

Este projeto fora desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Educação do município no ano de 2018. Tem como objetivo promover ações educativas relacionadas ao âmbito da saúde, visando o quesito da alimentação saudável e práticas de higiene pessoal, com crianças da rede municipal, com idade de 5 a 11 anos. As atividades que foram desenvolvidas partiram do enfoque lúdico, com o intuito de oferecer uma linguagem de fácil entendimento aos discentes, além de contribuir com a comunidade ao acesso dessas informações que podem nortear a vida saudável.

De acordo com Guimarães (2000), quando se trabalha com higiene na área da Educação Infantil, eles aprendem o cuidado e a construção de novos hábitos, que favorecem para a sua autonomia. Acontecem também algumas trocas, sejam de regras ou aprendizados. Sendo assim, a formação de hábitos de higiene, quando realizados com crianças, tem caráter pedagógico e não assistencial.

Desenvolver ações de conscientização da população sobre temas diversos cabe geralmente ao município, por meio dele que as informações de qualidade devem chegar, e assim, contribuir de forma efetiva para desenvolvimento dos indivíduos. O trabalho realizado com as crianças se deu por meio da prerrogativa da prefeitura, além de apoiar ativamente o projeto, sua replicação se deu pelos alunos nos ambientes familiares. O projeto teve a participação de sete escolas e atendeu 354 alunos.

No âmbito acadêmico os resultados também foram positivos, pois permite uma formação mais humanizada do profissional médico, que aprende ser comprometido com as causas sociais e a respeitar a diversidade da comunidade.

Segundo, Araújo (1998, p.44):

[...] a escola precisa abandonar um modelo no qual se esperam alunos homogêneos, tratando como iguais os diferentes, e incorporar uma concepção que considere a diversidade tanto no âmbito do trabalho com os conteúdos escolares quanto no das relações interpessoais.

Essa afirmação vai ao encontro do termo diversidade, as cidades são plurais, porque assim, são os indivíduos que fazem parte dela. Além das contribuições para formação de médicos e partindo desta mesma concepção a prefeitura reforça seu compromisso com a diversidade, com respeito às diferenças. E também, desta mesma maneira, leva a conscientização a população em variados temas.

Enfim, esta foi uma das parcerias que apresentaram produtividade no âmbito educacional, em ambos os pólos, tanto na educação básica, quanto superior. Essas medidas além de reforçar o interesse do município em formar cidadãos conscientes de suas práticas e com visão reflexiva, levam a compor uma situação estendida ao âmbito da universidade.

4.2.3 Projeto: Ambulatório de Especialidades da UFPR- Município Toledo

Este é um dos principais projetos desenvolvidos até então, que também está sendo realizado em parceria, e é contínuo, sendo assim, não há fim predeterminado. Uma ação piloto se iniciou no ano de 2018 quando os alunos do curso de medicina do Campus começaram a auxiliar no atendimento da Central de Especialidades do município. Eles receberam orientação e supervisão de professores e também dos médicos efetivos da própria unidade, tal ação acelerou os atendimentos da fila de espera, colaborando para a qualidade e promoção da saúde.

De acordo com matéria publicada pelo site da Prefeitura de Toledo, a Professora Dra. Cristina de Oliveira Rodrigues, diretora do Campus Toledo, afirma que: “A parceria é muito importante, pois a assistência ambulatorial em especialidades médicas é uma oportunidade para os alunos colocarem em prática o que aprendem em sala de aula. Por outro lado, também é benéfico para o município que tem maior agilidade nos atendimentos, diminuindo filas”.

Deste modo, objetivando entregar serviços públicos de qualidade para a população e com processos acontecendo de maneira acelerada, o município reforça a importância das parcerias para o desenvolvimento regional, investindo na relação com as universidades. Esses

projetos e promoção de bem estar, afirma que as relações construídas, são fundamentais para todos.

Conforme discorre Becker (2002, p.31):

Termos como cooperação, participação, parceria, consórcio, integração, ao lado de outros como diferenciação, diversificação, pluralização passam a fazer parte dos discursos dos agentes local-regionais (econômicos, sociais, políticos) do desenvolvimento, numa pregação crescente das necessidades e possibilidades de ações regionais cooperativas.

O Ambulatório da UFPR foi inaugurado em 11 de fevereiro do ano de 2020, havia grandes expectativas por parte das autoridades locais, e principalmente da população, que exige atendimentos mais céleres para as suas demandas. Diariamente passaram a ser atendidas as seguintes especialidades: nefrologia, endocrinologia, cirurgia vascular, gastroenterologia, urologia, pediatria, infectologia, psiquiatria e clínica médica, esta última com demanda acentuada. Todos os atendimentos seguem um fluxo de especialidades determinados na atenção básica.

Para contribuir com as demandas, foram disponibilizados pela administração municipal, sete laboratórios todos devidamente equipados, para que haja a execução das consultas médicas, além de conter insumos necessários para desenvolver as atividades.

Em outra matéria publicada no site da prefeitura, a secretária municipal de saúde Denise Liell, afirma em um trecho que:

Nós temos uma demanda enorme de atendimentos de saúde em nosso município, principalmente no que diz respeito a atendimento de especialidades. Tendo isso em vista, a parceria chega para diminuir as filas e trazer atendimento de qualidade para a população toledana (...).

Tal afirmativa reforça a necessidade destas parcerias de maneira geral, pois, elas agregam e dão valorização às ações que são desempenhadas por meio da administração municipal com a universidade. Nota-se que as ações estão contribuindo positivamente, e fazendo com que aconteçam mudanças na realidade.

A função social das universidades é amplamente desenvolvida, relacionadas aos projetos, elas reforçam o interesse da administração local, e cumprem seu papel oferecendo serviços de qualidade para a população. Estes processos devem ser contínuos, para tanto, é necessário que o ensino superior, por meio de seus programas, exerça uma função social e criem oportunidades para o desenvolvimento intelectual e gerando desenvolvimento para a sociedade.

4.3 A Finalidade da Interiorização

Diante dos projetos que foram descritos e apresentados durante a pesquisa, nota-se que todos possuem uma relação direta com a população e as políticas públicas que foram e são construídas em prol deste público. Os dados também nos esclareceram a importância da interiorização das universidades públicas federais, pois por meio dessa política pública foi possível levar oportunidades para a sociedade onde o campus foi instalado. Para os discentes a chance de uma graduação gratuita e de qualidade e para a sociedade em geral a possibilidade de diversos serviços, antes inexistentes ou precários.

Segundo Araújo (2013), a universidade pública é atualmente a principal política setorial com fim de proporcionar o desenvolvimento regional e urbano. Afirma que por mais difícil que seja identificar essa relação, a magnitude dos projetos de integração e desenvolvimento regional está presente dentro das universidades interiorizadas.

De acordo com Drumond (2001) em suas pesquisas sobre o contexto da vinculação e integração partindo do meio de inserção, criaram-se dispositivos que facilitaram a cooperação, que existe na experiência do que se chama o “crescimento endógeno”, este por sua vez, se baseia na presença das instituições que atuam como formadoras de recursos humanos. Além de produzirem conhecimento. No Brasil, segundo o mesmo autor, alguns investimentos são prioritários para a educação, em todos os seus níveis, fazendo com que haja qualificação profissional, investimentos produtivos e qualidade de vida.

Nesse sentido, o caso do município de Toledo, passou a oferecer situações favoráveis e acessíveis à população, mostrando para a sociedade, a importância de parcerias, projetos e investimentos. Vale ressaltar que as demais universidades e faculdades presentes, também partilham com parcerias similares, auxiliando a terceira idade, centros educacionais, esportes, entre outros.

As universidades por sua vez, desencadeiam atividades a partir da implementação de seus projetos, é por meio de ações assim, que elas buscam proximidade, melhorias e recursos para com a sociedade. Interiorizar essas ações é uma maneira de aplicar políticas públicas e mostrar sua contribuição, gerando condições e qualidades.

A participação de novos atores sociais nas análises e ações, auxiliariam a criar novos canais de participação, ou seja, a gestão local juntamente com as universidades interiorizadas passou a diversificar as políticas públicas, além disso, tendem a criar grupos gestores que ficaram encarregados para o desenvolvimento de ações e projetos.

A criação e o planejamento de políticas públicas e projetos de cunho social, os quais são promovidos pelo Estado e atuam em parceria com a sociedade, trazem melhorias e qualidade de vida, fazendo com que haja uma transformação social considerável. Além disso, o que chama a atenção, é que essas novas organizações realizadas em parcerias fizeram com que houvesse o aceleração de algumas ações e processos para a sociedade.

As políticas públicas devem partir da coletividade, do interesse de todos os públicos, e atuar nas mais diferentes áreas, como por exemplo, cultura, transporte, saúde, assistência social entre outros. De acordo com Marilene Maia (2018)⁴ as políticas são importantes, pois, atuam como mediadoras do desenvolvimento da sociedade e junto a isto da capacidade humana, “Elas são mediações garantidoras dos direitos humanos e de cidadania, de acesso universal, construídas na relação do Estado com a sociedade”.

⁴ Coordenadora do Observatório da Realidade e das Políticas Públicas do Vale do Rio dos Sinos – Observa Sinos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou observar e avaliar algumas parcerias que são desenvolvidas entre o campus Toledo da Universidade Federal do Paraná e o município de Toledo, ambos localizados no Oeste do Estado. Partindo dos primeiros impactos que trouxeram consigo ações positivas e melhorias para o local e região.

Dessa forma, foram abordadas as relações com a interiorização das universidades públicas federais, sua importância para desenvolvimento local e regional. Além das inúmeras possibilidades que um novo campus pode trazer para as cidades, ainda mais para uma que está localizado no interior, contribuindo assim, socialmente, economicamente e intelectualmente para a região como um todo.

A importância da universidade está relacionada aos seus princípios, ou seja, o que ela tem para oferecer, como por exemplo, ensino, pesquisa e extensão. Estes servem como pontos principais de seu próprio desenvolvimento, sejam relacionados aos recursos locais ou regionais, e ainda, prestando serviços e colaborando no desenvolvimento socioeconômico.

Um dos marcos da interiorização das universidades foi o Programa de Apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais conhecido como REUNI, que propôs no ano de 2007 o aumento no número de vagas e expansão do ensino superior federal. Com o intuito de permitir que mais cidadãos brasileiros tivessem acesso e condições de ter ensino superior público, gratuito e de qualidade.

Notou-se que os governos locais passaram a assumir o papel de coordenação e liderança, pois, passaram a mobilizar diversos atores governamentais na busca por estabelecer um processo de concentração de recursos e demandas, com objetivos comuns. Os novos arranjos institucionais tendem ao crescimento da sustentabilidade de políticas públicas que podem solucionar e dar continuidade mesmo que haja mudança de governo.

Pode ser observada a importância das parcerias dessas universidades que foram interiorizadas com os municípios sede e região. Elas proporcionaram a população local serviços públicos mais diversificados e de qualidade, o que fez com que aumentasse sua contribuição para a formação dos alunos.

O município de Toledo mantém relação próxima com o campus da UFPR, construindo parcerias. Neste referido estudo foi mencionado o Projeto “Libras e Saúde” que tem como prerrogativa capacitar profissionais de saúde municipais para prestar atendimento primário aos munícipes surdos, seguido do projeto de promoção da saúde na educação infantil, uma

iniciativa interessante no âmbito educacional, que permite levar informação de qualidade aos alunos da rede municipal do município.

O desenvolvimento regional ocorre a partir da descentralização de algumas ações e da valorização de potencialidades (TAPIA, 2005) já existentes na sociedade ou no meio em que estão inseridos. Esta é também uma estratégia para o desenvolvimento, a qual acompanha o crescimento econômico, juntamente com fatores sociais, culturais, ambientais e políticos, visando às melhorias e melhorando a qualidade de vida (OLIVEIRA, 2002).

Para tanto, é necessário ressaltar que, a promoção do desenvolvimento regional, acontece por meio dos planos regionais, os quais necessitam relacionar-se com as estruturas de governança regional. Estas por sua vez, são resultantes de ações de cunho coletivo, partindo de atores públicos e privados, que interagem no mesmo contexto, seja ele espacial, institucional, político ou cultural (TAPIA, 2005).

Por fim o projeto do ambulatório contínuo de especialidades, no qual os alunos do curso de medicina atuam diretamente para o atendimento da população. O atendimento acontece com a supervisão de seus professores, passaram assim, a contribuir para uma demanda municipal que era recorrente das filas de espera no atendimento do Sistema Único de Saúde- SUS.

Foram analisados aspectos importantes e que estão relacionados ao papel das universidades como fator ligado ao desenvolvimento. A formação de mão-de-obra qualificada acrescida da disseminação de desenvolvimento tecnológico por meio da pesquisa e da extensão, juntamente com o papel de fomentador e dinamizador de desenvolvimento de serviços necessários à existência e manutenção do meio universitário.

As parcerias entre a universidade e município são de extrema importância e devem ser replicadas no território brasileiro, pois, por meio delas, puderam ser observadas, as mudanças sociais e o impacto que elas causam dentro das localidades. Além disso, nota-se que é preciso aprimorar as ideias e observar se existem novas demandas para serem atendidas visando à população.

O enraizamento das políticas públicas, fez com que a esfera estatal fosse reforçada, e assim aumentassem as possibilidades de novas políticas e que fossem geradas em longo prazo. Os programas tiveram uma boa repercussão, mostraram eficiência e a efetividade nas políticas públicas que foram implantadas. Partindo de um plano de trabalho, foi possível oferecer serviço de qualidade atingindo maior quantidade populacional e em contrapartida proporcionando aos discentes uma formação ampla, humanizada e social.

Cabe destacar as limitações, tanto de foco em fontes documentais de três projetos. Sugere-se, portanto, que novos estudos possam ampliar as discussões aqui iniciadas por meio de aplicação de pesquisas empíricas envolvendo estes mesmos casos. Sugere-se ainda que outras pesquisas envolvendo desenvolvimento regional, políticas e ações de interiorização de universidades em outras regiões do país.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ulisses Ferreira de. O déficit cognitivo e a realidade brasileira. In: AQUINO, Julio Groppa (org.): **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. 4.ed. São Paulo: Summus Editorial, 1998. p. 44.

ARAÚJO, T. B. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no Governo Lula in SADER. E (org). **10 Anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. Rio de Janeiro, Boitempo, 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2011.

BECKER, D. F. (coord.) **Pro-RS II por uma organização social pró-desenvolvimento regional do Rio Grande do sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

BOVO, J. M ; SILVA, R. T. da; GUZZI, V. de S. A inserção social da UNESP de Araraquara: sua importância na economia do município e na prestação de serviços á comunidade. **Perspectivas-Revista de Ciências Sociais UNESP**. São Paulo, n.19, p. 71-85, 1996.

BOTELHO JÚNIOR, C. de O. **Uma Análise Econômica da Expansão da Educação Superior em Juiz de Fora**. Faculdade Machado Sobrinho, 2004. Disponível em <http://www.machadosobrinho.com.br/extensao/nupe.pdf?PHPSESSID=83e1e3fd5b0c8d0773a86a1aca53a67>. Acesso em: 07/05/2020.

BRASIL. MEC. Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL, Felipe G., CAPELLA, Ana Cláudia N. Os Estudos das Políticas Públicas no Brasil: passado, presente e Caminhos da pesquisa. **Revista Política Hoje**, volume 25, número 1 – 2016, p.71-90.

BRASIL. Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989. **Acessibilidade da comunidade surda aos canais de auto-atendimento**. Disponível em <www.surdos.org>. Acesso em: 11/04/2020.

BRASIL. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 2005.

BRASIL. Decreto n.6096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais- REUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 05/04/2020.

BRAVO, R. S. **Técnicas de investigação social: Teoria e exercícios**. 7 ed. Ver. Madrid: Paraninfo, 1991.

CALADO, S.dos S; Ferreira, S.C dos R. **Análise de documentos: método de recolha e análise de dados**. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analisedocumentos.pdf>

CALDAS, Ricardo Wahrendorff (ORG). **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral.Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

CAVALETT, Valdo. **REUNI e a UFPR Litoral (Setor Litoral)**. UFPR na Mídia (20/05/2008). Disponível em: <https://www.ufpr.br/portalfpr/noticias/reuni-e-a-ufpr-litoral-setor-litoral/>. Acesso em: 08/10/2020.

CUNHA, L. A. **A Universidade Temporã**. O Ensino Superior da Colônia à Era Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DOWBOR, L. Requisitos para um projeto de desenvolvimento. In: VAZ, J. C. (org) **50 Dicas – Idéias para a ação municipal: propostas e experiências em gestão municipal**. São Paulo, Polis,v.24, 1996, p.15-16.

DRUMOND, J. G. de F. **O ensino superior e o desenvolvimento regional**. Universidade Estadual de Montes Claros, nov 2001. Disponível em <http://www.unimontes.br/unimont/ensino.htm>.

FACCHINI, Luiz A. **O Programa Mais Médicos: análises e perspectivas**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 21, n. 9, p. 2.652, set. 2016.

FÁVERO, M. L. A. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR.

FONTELLES, Mauro José;SIMÕES, Marilda Garcia; FARIAS, Samantha Hasegawa; FONTELLES, Renata Garcia Simões. Scientific research methodology: Guidelines for elaboration of a research protocol. **Revista Paraense de Medicina**, 23 (3) - (2009).

FILGUEIRAS, Luiz. (2006). O Neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, Eduardo e ARCEO, Enrique. (org.). **Neoliberalismo y Sectores Dominantes: tendências globales y experiências nacionales**. 1a ed. Buenos Aires: CLACSO, p. 179-206. Disponível em http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05_Filgueiras.pdf. Acesso em: 27/04/2020.

FRANCO, Gustavo Henrique Barroso. **O Desafio Brasileiro: Ensaio sobre Desenvolvimento, Globalização e Moeda**. Rio de Janeiro: Ed 34, 1999.

GENTIL, Viviane Kanitz. **Expansão, interiorização e democratização de acesso a educação superior pública: o caso da Unipampa**. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação, PUC-RS, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GODDARD, J.; KEMPTON, L. **Connecting universities to regional growth: a practical guide**. Brussels: European Commission, 2011. Disponível em:<<https://goo.gl/632hTn>>. Acesso em: 22/04/2020.

GOEBEL, M. A.; MIURA, M. N. **A universidade como fator de desenvolvimento: o caso do município de Toledo-PR**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2004. Revista Expectativa. V.03. nº01. Disponível em <<http://e-revista.unieste.br/>>. Acesso em: 10/04/2020.

GLAZIER, J. D. & POWELL, R. R. **Qualitative research in information management**. Englewood: Libraries Unlimited. 2011.

GUIMARÃES, L. **Os fazeres na educação infantil**. São Paulo: Carochinha, 2000.

HEIDEMANN, Francisco G. **Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: UNB, p. 23-39, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados da cidade de Toledo. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/toledo/panorama>. Acesso em 10/10/2020.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século**. R. Katál, Florianópolis, v. 14, n.1, p. 86-94, jan./jun. 2011.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU - 1986.

MAIA, Marilene. In: FRITZEN, Nicole. **Para entender a importância das Políticas Públicas**. Maio, 2018. Disponível em: <https://medium.com/betaredacao/para-entender-a-import%C3%A2ncia-das-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-e54810540669>. Acesso em: 02/05/2020

MARTINS, Gilberto Andrade de. **Manual para elaboração de monografias edissertações**. São Paulo: Atlas. S.A. 2007. 3.ed.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Moraes, 1984.

MEC. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano**. 2009.

MIDDLEJ, M. M. B. C.; FIALHO, N. H. Universidade e Região. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista. n. 1, p. 171-189 2005.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde** (12a ed). São Paulo: Hucitec. 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012 – Relatório da Comissão constituída pela Portaria n.126/2012**. Brasília, 2013. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20/03/2020

MORAES, F. F. de Universidade, inovação e impacto socioeconômico. **Perspectivas [online]**, São Paulo, v.14, n.3, jul/set 2000, p.8-11. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000300003&lng=. Acesso em: 02/04/2020.

MCCOWAN, T., & SCHENDEL, R. (2015). A mudança do papel da universidade e seu impacto na sociedade em países de baixa renda. In J. R. Silva Junior et al. **Internacionalização, mercantilização e repercussões em um campo de disputa** (p. 19-48). Belo Horizonte, MG: Fino Traço.

OLIVEIRA, Bruno Luciano. LIMA, Sara F.. RODRIGUES, Livia dos Santos. JÚNIOR, Gerson Alves Pereira. Team-Based Learning como Forma de Aprendizagem Colaborativa e Sala de Aula Invertida com Centralidade nos Estudantes no Processo Ensino Aprendizagem. **REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MÉDICA**, n. 42(4), p. 86-95, 2018. <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v42n4rb20180050>. Acesso em: 06/04/2020.

OLIVEIRA, Gilson B. de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista FAE, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, maio/ago. 2002.

PATTON, M. Q. **Qualitative evaluation methods**. Beverly Hills: Sage.1980.

PERROUX, François. **O conceito de pólo de crescimento**. In: FAISSOL, Esperidião (Org). Urbanização e Regionalização. Secretaria de Planejamento da Presidência da República, 1978.

PIRES, Marília Freitas de Campos; REIS, José Roberto Tozoni. **Globalização, neoliberalismo e globalização: algumas considerações**. Interface: Comunicação, Saúde, Educação, v.3, n.4, 1999.

PRAÇA, Fábíola Silva Garcia. **Metodologia Da Pesquisa Científica: organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão**. Revista Eletrônica “Diálogos Acadêmicos”. V.08, nº1– 2015.

PREFEITURA DE TOLEDO. **Em parceria com UFPR Secretaria de Saúde amplia consultas a população**. Portal do Município de Toledo. 11/02/2020. Disponível em: <https://www.toledo.pr.gov.br/noticia/em-parceria-com-a-ufpr-secretaria-de-saude-amplia-consultas-a-populacao>. Acesso em: 02/05/2020

SAYAD, João. O Vermelho e o Negro. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n 4. Rio de Janeiro, junho de 1999.

SOUZA, Celina. “Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas”. In:HOCHMAN, G., ARRETCHE, M. e MARQUES, E. **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro, Fio Cruz. 2007.

SCHNEIDER, L. **Educação e desenvolvimento: um estudo do impacto econômico da universidade federal no município de Santa Maria (RS)**. UNIFRA, Santa Maria, 2002.

SGUISSARDI, Valdemar. **Reforma universitária no Brasil – 1995-2006: Precária trajetória e incerto futuro**. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p.1021- 1056, out. 2006.

STAMM, Cristiano; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo. **Rev. Bras. Est. Pop.**, São Paulo, v.25, n. 1, p.131-149, jan/jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v25n1/v25n1a08>. Acesso em: 12/04/2020.

TAPIA, Jorge. R. B. **Desenvolvimento local, concentração social e governança: a experiência dos pactos territoriais na Itália**. São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 1, p. 132-139, jan./mar. 2005.

TOLEDO, Prefeitura Municipal de. **Em parceria com a UFPR, Secretaria de Saúde Amplia Consultas a População**. Disponível em: <https://www.toledo.pr.gov.br/noticia/em-parceria-com-a-ufpr-secretaria-de-saude-amplia-consultas-a-populacao>. Acesso em: 09/04/2020.

UFPR. **Ranking de Indicadores de Desempenho TCU**. 2015. Disponível em: http://www.proplan.ufpr.br/portal/rel_gestao/Indicadores%20TCU_IFES_2015.pdf. Acesso em: 28/03/2020.

UFPR - Universidade Federal do Paraná. Unidade de Planejamento e Avaliação. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2017–2021** (Texto revisado em 2019) / Universidade Federal do Paraná, Pró-reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças, Coordenadoria de Planejamento Institucional, Unidade de Planejamento e Avaliação. - Curitiba : UFPR, 2020.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2007.

VINHAIS, H. E. F. **Estudo sobre o impacto da expansão das universidades federais no Brasil**. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

YUSUF, S.; NABESHIMA, K. **How universities promote economic growth**. Washington: World Bank, 2007.

ZYMLER, Benjamin. **As licitações no âmbito das parcerias público-privadas.** In JUSTEN, Mônica Spezia; TALAMINI, Eduardo (orgs): Parcerias público-privadas: um enfoque multidisciplinar. São Paulo: editora Revista dos tribunais, 2005.